

CÂMARA DOS DEPUTADOS

III – 10% a ser repartido em partes iguais entre todos os Municípios do mesmo Estado;

IV – 2% considerando o indicador Aluno-Qualidade, onde a divisão se dê pelo número de alunos e o desempenho obtido por esses alunos, conforme definição em Lei Estadual; e

§1º Enquanto não houver a lei estadual ao qual se refere o inciso II do caput deste artigo, o percentual de que trata este inciso deverá ser dividido e distribuído em partes iguais entre todos os municípios de cada estado.

I – Nenhum Município dentro do seu Estado poderá receber, pela parcela fixa a que se refere ao §2º, valor superior ao dobro do valor médio nacional do fundo de participação dos municípios a que se refere o art. 159, I, alínea b, d, e da Constituição da República.

II – O valor individual que exceder o limite a que se refere o inciso anterior deverá ser distribuído entre todos os Municípios do Estado segundo o critério estipulado no inciso I do art. 159-G.

§3º Se o Estado não efetuar o repasse das parcelas mencionadas nos incisos I e II do caput deste artigo, a União reterá os repasses relativos ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal a que tem direito o Estado e depositará os valores correspondentes às parcelas não repassadas diretamente aos Municípios.

§4º A ausência de repasse pelos Estados das parcelas mencionadas no inciso I e II do caput deste artigo será comprovada mediante certidão do Tribunal do Tribunal de Contas do Estado.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda proposta tem como objetivo proporcionar maior equilíbrio na distribuição da cota-parte do IBS entre os Municípios. A previsão de que um mínimo de 10% da cota-parte municipal do IBS estadual seja repartido em partes iguais pelos municípios de cada estado visa reduzir o número de potenciais perdedores com o novo critério de repartição, especialmente os pequenos municípios. Pelo texto atual, 75% da cota-parte seria distribuída pela população e 25% por critério a ser definido em lei estadual. A emenda apresentada mantém essa sistemática, mas prevê que pelo menos 10% dos 25% que dependem de lei estadual sejam distribuídos em partes iguais pelos municípios de cada unidade federada e que, enquanto não houver a edição da mencionada lei, todos os 25% sejam repartidos segundo este critério.

Pelas simulações realizadas pela Confederação Nacional de Municípios, o número de potenciais perdedores cairia de 1.850 para 782 com aprovação desta emenda.

A emenda prevê, também, reserva mínima de 2% dos recursos para a educação a serem distribuídos conforme critério definido em legislação estadual.

A alteração proposta visa impossibilitar que o aumento da arrecadação do IBS decorrente da elevação de alíquotas por lei federal, estadual, distrital e municipal não sejam compartilhados. Alterou-se o termo “de referência” substituindo pela expressão “singulares”.

Deputado

[illegible]

